

COMBUSTÍVEIS

Pela autonomia dos estados

Presidente do Senado defende direito dos entes federativos de definirem a alíquota sobre os produtos. Lira se diz favorável ao projeto aprovado na Câmara que estabelece valor fixo para cobrança de ICMS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pacheco: "Alíquota deve ser sempre definida pelo estado, até pelo princípio de autonomia federativa"

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a autonomia dos estados de definirem a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos combustíveis. Os senadores devem pautar dois projetos de lei a respeito do tema na próxima semana. Os governadores apoiam o pacote, mas resistem em mexer no tributo.

Um dos projetos, já aprovado na Câmara, altera a cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos estados. Mais cedo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Senado poderia alterar a alíquota do imposto, mas ponderou que não sabia se os parlamentares teriam essa disposição.

"A alíquota deve ser sempre definida pelo estado, até pelo princípio de autonomia federativa", ressaltou Pacheco, em entrevista coletiva no Senado. Ele afirmou que o projeto poderá definir a forma de arrecadação, mudando de uma cobrança percentual sobre o preço para um tributo incidente no valor do litro do combustível e fixando a arrecadação do ICMS em uma fase de comercialização, e não em toda a cadeia.

O Senado avalia incluir nessa proposta uma autorização para o governo federal reduzir os impostos cobrados sobre o diesel, proposta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar afirmou, porém, que ainda não há uma definição se o projeto dispensará a necessidade de o poder público compensar a perda

de arrecadação, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os líderes da Casa devem se reunir na próxima segunda-feira para discutir o pacote.

Horas antes, Arthur Lira defendeu o projeto aprovado na Câmara que estabelece valor fixo para a cobrança do ICMS. Após reunião de líderes, ele frisou que a arrecadação dos estados aumentou significativamente, o que justifica a redução, por parte dos governadores, da alíquota. Os entes federados obtiveram receita de R\$ 109,5 bilhões com o tributo em 2021. O valor é 36% maior do que os R\$ 80,4 bilhões de 2020. "O que reafirma que esse é um imposto que está pesando

no bolso dos brasileiros", argumentou. "É hora de união de esforços para garantir comida na mesa. Combustível caro implica frete caro, o que sobrecarrega o preço dos alimentos."

Na avaliação de Lira, o Senado deveria se debruçar sobre o projeto aprovado na Câmara, em vez de avaliar as propostas de emenda à Constituição (PEC) a respeito do assunto, pois a tramitação seria mais rápida, e o problema seria resolvido de forma mais pragmática. Ele destacou que conversará com Pacheco em busca de um "ponto de convergência".

O projeto a que Lira se referiu tramita no Senado sob relatoria de Jean Paul Prates (PT-RN),

assim como o PL que cria um fundo de estabilização do preço dos combustíveis. O senador afirmou que tem negociado com governadores "de modo a assegurar que também os tributos estaduais contribuam para maior solidez na composição dos preços dos combustíveis".

Na opinião dele, mexer nos impostos não é uma solução definitiva. "Estou firmemente convencido de que a solução definitiva para essa parte do problema virá pela reforma tributária. A substituição do ICMS pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), propiciando conjunto um rearranjo tributário e federativo, é o caminho para

» Bolsonaro aposta em PEC

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse, ontem, ter certeza de que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis será aprovada por unanimidade no Congresso. Ele se referiu ao texto apresentado pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ), que autoriza o governo federal e estados a desonerar o combustível sem apresentar uma contrapartida do lado da receita. A PEC de Áureo foi elaborada dentro da Casa Civil. "Tenho certeza de que vai passar, acredito que por unanimidade, na Câmara e no Senado", frisou.

simplificar nossa estrutura tributária e melhorar o ambiente de negócios", ressaltou.

Líder do PSC na Câmara, o deputado Euclides Pettersen (MG) sustentou que o momento é de olhar para o social. "Nós temos de criar condições para as pessoas da ponta, que, muitas vezes, estão deixando de ter até o sustento dentro de casa. O Congresso tem de chamar essa responsabilidade o mais rápido possível, e já está sendo discutido via presidentes de Câmara e Senado e líderes no Congresso para frear esses aumentos abusivos", frisou. (Raphael Felice e Cristiane Noberto, com Agência Estado)

DIPLOMACIA

EUA de olho em viagem de Bolsonaro

» ROSANA HESSEL

Em meio às tensões entre Rússia e Ucrânia, que podem desencadear em guerra, a viagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) para Moscou, na próxima semana, será acompanhada por autoridades dos Estados Unidos e dos países que integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e declararam apoio aos ucranianos.

A maior preocupação é sobre que tipo de sinalização dará Bolsonaro ao resto do mundo ao aproximar-se do presidente russo, Vladimir Putin, em um momento tão delicado do ponto de vista geopolítico. A esperança é de que o chefe do Planalto demonstre algum sinal de apoio às regras democráticas, "dando um aceno, também, à Ucrânia".

Apesar de a diplomacia brasileira ser reconhecida pela tradicional imparcialidade, no governo de Bolsonaro, houve uma inversão.

A visita do chefe do Planalto à Rússia está programada para os dias 14 e 17 deste mês, e autoridades norte-americanas evitam comentar o assunto. Oficialmente, porta-vozes da Casa Branca têm afirmado à imprensa internacional e nacional esperar que Bolsonaro tenha "responsabilidade". Desde a gestão de Donald Trump, o Brasil é um aliado norte-americano extra-Otan, ou seja, tem o endosso dos EUA para se tornar um parceiro global da aliança militar.

» Leia mais sobre o conflito na PÁGINA 9

A TODOS OS NOSSOS CLIENTES.

Nesta semana a Oi obteve, como parte importante de seu processo de transformação, a aprovação da venda de sua operação móvel, o que possibilitará a continuidade de sua estratégia de recuperação, tornando-se uma empresa mais sustentável e com capacidade de oferecer melhores serviços e atendimento a seus clientes. Até que todas as etapas da operação de venda sejam concluídas, não haverá nenhuma alteração na prestação de qualquer dos serviços da Oi para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Manteremos nossos clientes de telefonia móvel informados em todas as etapas do processo, até que a venda esteja totalmente finalizada, comunicando inclusive com a antecedência necessária quando for ocorrer a efetiva alteração do controle da operação móvel, com a consequente mudança da operadora responsável pela prestação dos serviços móveis.

Com a venda de sua operação móvel, a Oi inicia uma nova fase, com o objetivo de se tornar a maior empresa de fibra ótica do país, levando banda larga, conectividade e serviços digitais até as casas e empresas de nossos clientes. Já somos a grande operadora que mais cresce em fibra ótica no país, e vamos continuar a crescer, sempre com um grande foco e atenção à qualidade, atendimento e satisfação de todos os nossos clientes.

A nova Oi, por meio de um ecossistema de parcerias, está desenvolvendo continuamente novos produtos e serviços nas áreas de saúde, educação, entretenimento, finanças e comércio eletrônico, entre outras, e oferecerá soluções digitais com o objetivo de facilitar a vida das pessoas. Estamos também avançando cada vez mais em soluções completas de tecnologia e serviços para empresas de todos os tamanhos, em particular por meio de nossa unidade Oi Soluções, voltada para o atendimento de nossos clientes corporativos.

Temos um compromisso com o sucesso da nossa transformação, e estamos trabalhando diariamente na construção de uma nova Oi mais ágil, mais digital e mais focada no cliente, e manteremos sempre o nosso compromisso de transparência durante toda essa jornada.

Para mais informações, acesse www.oi.com.br/lp/o-que-muda-oi-movel

